

A PUBLICIDADE COMO CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO FUTURO: “PELO DIREITO À INDIFERENÇA”

Alexandre Sebastião Ferrari Soares*

RESUMO: *A memória discursiva é trabalhada pela noção de Interdiscurso: “algo fala antes, em outro lugar e independentemente”. A partir de um anúncio publicitário da Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA) de Portugal (“Pelo direito à indiferença”) como forma de escapar dos gestos interpretativos já marcados por um interdiscurso (memória do dizer), analiso a construção do discurso das minorias sexuais em confronto com o discurso hegemônico sobre a sexualidade. Se não há réplicas ou polêmicas, os sentidos da formação discursiva política dominante se instalam e se disseminam com maior facilidade. Não é perceptível para o sujeito (envolvido historicamente) a produção de sentidos que se processa de um trabalho no plano da língua (seja no plano das operações sintáticas descritas, seja pelo conjunto da memória mobilizada lexicalmente). O sujeito da análise do discurso de orientação francesa (AD) não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. E isso se dá no jogo das chamadas formações imaginárias que presidem todo dizer: a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto do discurso.*

PALAVRAS-CHAVE: *discurso, sentido, memória.*

ABSTRACT: *The discursive memory is developed by the interdiscourse notion: “something speaks before, in another place and independently”. Based on an advertisement of the International Gays and Lesbians Association from Portugal (“In favor of the indifference”) as a way to escape from the interpretative gestures that have been already marked by the interdiscourse (memory from the spoken), I analyze the construction of the sexual minorities discourse in confront with the hegemonic discourse about sexuality. If there are no retorts or polemics, the meanings of discursive formation politically dominant get installed and spread easily. It is not perceived by the subject (historically involved) the production of meanings that is processed from one study on the language level (being on the syntactic descriptive operation level, or by the lexically mobilized memory group). The subject from the discourse analysis of French orientation is not empiric, but it is the projected position of a subject in a discourse. And this comes from the game of those so called discursive formations that surround all that is said: the image that the subject makes of oneself, the image that one makes of one’s interlocutor, the image that one makes of the object of the discourse. There is also the image that the interlocutor has of him or herself, from those who tell him or her something, and from the object of the discourse.*

KEYWORDS: *discourse, meaning, memory.*

* Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

INTRODUÇÃO

A Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA) de Portugal é um grupo de defesa dos direitos dos homossexuais, fundada em 1995, a Associação é uma instituição particular de solidariedade social, e é a maior e mais antiga associação de defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT) no país.

Como parte dessa atuação em defesa dos direitos da diversidade sexual, produziu anúncio para promover o estilo de vida homossexual e, dessa forma, reforçar a luta pelo direito à cidadania. A propaganda, de aproximadamente 30 segundos, mostra um casal de homens que atravessa de mãos dadas uma praça pública.

O ANÚNCIO

Enquanto caminham são observados por duas senhoras que estão sentadas num dos bancos dessa praça. Vestidas com roupas pesadas: cachecol, casaco, xale. Uma delas faz tricô. Elas acompanham a passagem do casal, virando-se em direção a eles, seguindo-os nessa travessia. Elas se mostram incomodadas com alguma situação e dizem uma a outra: “-Já vistes aquilo?” “-Ah, deve ser impossível” (a outra responde ajeitando os óculos numa atitude de espanto e admiração). Enquanto isso o casal passa por elas. Há um pequeno silêncio entre as duas senhoras. Continuam: “-De manga curta com um frio destes!” (com indignação) e voltam a se distrair com o tricô que uma delas está fazendo.

O casal continua o seu passeio sem notar o que aconteceu: conversam de forma descontraída. Surge, então, a legenda “Pelo direito à indiferença”, em seguida surge o símbolo da Associação e o anúncio termina.

DESLIZAMENTO DE SENTIDO

“Pelo direito à indiferença” é um deslizamento de sentido de “Viva as diferenças” como uma forma de promover as diversas sexualidades. Viver as diferenças pode significar, para a comunidade de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros (GLBT), a possibilidade de poder viver socialmente a sua sexualidade: ser hétero ou ser homossexual como possibilidades dentro das possibilidades possíveis.

“Viva às diferenças” pode ser ainda uma sugestão à sociedade que não absorve as diferenças sexuais como diversidade, mas que a considera como uma espécie de desvio sexual, desvio da normalidade.

“Viva as diferenças” pode significar que elas, as diferenças, estão vivas: e, por deslizamento do sentido, que estão vivos também aqueles que vivem as diferenças sem fazer distinção dessas diferenças.

“Viva” além de um imperativo (tu e você) é também expressão de felicitação, alegria, aprovação, desejo de que tenha longa vida e sucesso aquele ou aquilo a que se dirige (substantivo masculino) e ainda, como interjeição, exprime aprovação, entusiasmo, alegria, desejo de longa vida e sucesso. (HOUAISS: 2001).

Poderia também sugerir que “viver as diferenças” é uma oportunidade de experimentar não apenas o que a nós nos parece normal ou próximo, mas também que ter outros olhares poderia nos fazer perceber que o mundo não vai, apenas, até onde alcança nossa visão, vai bem mais além: bastaria pensar, como uma metáfora dessa sugestão, o fato de que o que vemos não é exatamente aquilo que se mostra:

Nem as cores existem na natureza nem nossa mente reflete fielmente os que nos rodeia. A realidade é proporcional ao número de seres humanos, posto que o que cada um percebe é filtrado e deformado pelos sentidos objetivos e a mente subjetiva.

O mundo visual que nos rodeia é uma ilusão? É verdade que as cores não existem na natureza? Nosso cérebro reflete fielmente a realidade exterior? As respostas a essas perguntas demonstram que a realidade é um conceito bastante subjetivo, já que **muitas das coisas que observamos não existem ou, pelo menos, não são como as enxergamos.**

O coquetel de estímulos provenientes do interior e do exterior de nosso corpo e que captamos, por meio dos cinco sentidos, **varia sutilmente de uma pessoa para outra,** já que a estrutura, as diferenças e as alterações dos órgãos sensoriais de cada um fazem com que, por exemplo, vejamos e escutemos de forma diferente, tanto que **não existem duas percepções iguais do real.** Se essa percepção objetiva, por sua vez, é alterada pela interpretação subjetiva do que somos, acontece e nos rodeia, com base em nossa bagagem de aprendizados e experiências, podemos concluir que a realidade é algo tão pessoal e único como as impressões digitais. (SEGURA: 2008, grifos meus).

“Pelo direito à indiferença”, como propõe o anúncio, é um passo adiante do “Viva as diferenças”: primeiro porque “indiferença” substantivo feminino que significa, em uma de suas acepções (HOUAISS, 2001), “falta de interesse, de atenção, de cuidado; descaso, desinteresse, negligência” sugeriria que não se desse atenção devida ao fato das diferenças sexuais = falta de consideração, desdém, menosprezo (numa outra acepção do substantivo). Depois, porque “indiferença” ainda significa (HOUAISS, 2001) “apatia, estado daquele que não se deixa conduzir por sentimentos arrebatadores como amor, ódio, raiva etc.; distanciamento, frieza” e estaria,

como um tiro que sai pela culatra, sendo usado contrariamente à intenção de promover um estilo de vida que, normalmente, já é tratado com indiferença.

No entanto, “Pelo direito à indiferença”, usado pelo público GLBT, pode significar justamente o fato de se ter o direito de viver, sem ser notado, sem que o fato de, no caso do anúncio do casal formado por dois homens (e por extensão, duas mulheres) caminharem de mãos dadas numa praça pública fosse, obrigatoriamente, alvo de olhares impiedosos, indiscretos etc.

Além da palavra “indiferença”, surge a palavra “direito” que no final dos anos de 1980 se liga à questão da sexualidade¹, quando ressurgem os movimentos homossexuais, pós-AIDS, como uma forma de inserir o público GLBT (à época apenas o GL) a categoria de cidadão de direito (e deveres) na sociedade.

A palavra “direito”, ainda, opões-se à “esquerdo” que significa “constrangedor, desagradável, incômodo” e também, “desfavorável, adverso, funesto, aziago”; além disso, o adjetivo “direito” significa “que segue a lei e os bons costumes; justo, correto, honesto”; “de acordo com os costumes, o senso comum, as normas morais e éticas etc.; certo, correto, justo”. Tudo isso remetendo ao que se diz (disse), no interdiscurso, sobre à homossexualidade: anormalidade, doença, crime, pecado, desvio etc.:

O sentido de uma palavra ou expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo (isto é, em uma relação transparente com a literalidade) mas ao contrário é determinado pelas posições ideológicas que estão no jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas) (ORLANDI: 2006, grifos meus).

RE-SIGNIFICANDO A LÍNGUA COMO SISTEMA

Embora a AD tire proveito do fundamento saussuriano sobre o qual repousa a lingüística moderna de que a língua é um sistema, este é caracterizado como sujeito a falhas e afetado pelo social, pelo histórico e fundamentalmente pelo ideológico. Do ponto de vista discursivo, falar de ideologia é deslocar esse conceito para Formações Ideológicas. Estas,

¹ Ver, para maiores detalhes sobre o assunto: SOARES, Alexandre S. Ferrari. (2006). A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990). Tese de doutorado defendida em março de 2006 na Universidade Federal Fluminense.

Comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulados sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) **a partir de uma posição dada em uma conjuntura**, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que **toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas**, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (GADET e HAK: 1993, 166-167, grifos meus).

A noção de arbitrariedade ou convencionalidade definida pela AD é então incompatível com àquela apresentada por Saussure, uma vez que é tida como motivada pelo sistema de produção e caracterizada pelo funcionamento do discurso na produção dos sentidos.

Outro elemento compõe o quadro epistemológico do surgimento da AD: a psicanálise lacaniana.

Com a formulação do conceito de inconsciente por Freud, há um deslocamento do conceito de sujeito, o seu estatuto de entidade homogênea passa a ser questionado diante da concepção do psicanalista: dividido entre o consciente e o inconsciente.

Lacan faz uma releitura de Freud, recorrendo ao estruturalismo lingüístico, numa tentativa de abordar com mais precisão o inconsciente. Para aquele, o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes latente que se repete e interfere no discurso efetivo: o discurso atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente (MUSSALIN & BENTES: 2003).

A Análise do Discurso Francesa estabeleceu como um lugar comum que **o indivíduo que fala é pouco mais** (quando é) **que um porta-voz de discursos que o antecedem**, definindo o sujeito basicamente **pelo assujeitamento**. Embora esta posição não tenha permanecido intocada, **pode-se dizer que o eu** – um dos possíveis componentes do sujeito no discurso - é, nesta versão francesa, concebido como francamente dominado, **determinado** (e não apenas condicionado, em maior ou menor grau) **pelo que se chama de outro** (às vezes, ou, mais geralmente, Outro) (POSSENTI: 2002, 61, grifos meus).

O sujeito do discurso não é aquele incapaz de operar mudanças no sistema de signos, mas sim aquele que, ao produzir um enunciado, está produzindo linguagem e ao mesmo tempo é reproduzido nela, embora se tenha a ilusão de que o sujeito é fonte exclusiva de seu discurso. A AD esclarece que seu assujeitamento, isto é, os enunciados que compõem seu discurso, está inserido em determinadas formações ideológicas e instituições da qual ele é apenas porta-voz (SOARES: 2007, 187).

Dessa forma, a teoria do discurso

Não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado. (MAINGUENEAU: 1993, 33, grifos meus).

Diversamente de Saussure, no que diz respeito ao estudo da significação ou do sentido que, condicionado ao aspecto estrutural/formal das palavras, só entende o significado a partir de uma forma preexistente, na AD, os aspectos estruturais e formais da língua só interessam à medida que são determinados pelo sentido, pela direção semântica que as diversas situações concretas de uso da linguagem lhes empresta.

A AD não aceita que um enunciado possua apenas um sentido, mas considera que os sentidos das palavras, das expressões ou dos textos são plurais, na medida em que cada um advém de um discurso. O sentido é um efeito de sentido, de maneira que a existência de determinada forma não garante a ocorrência de um funcionamento do discurso específico, mas possibilidades de várias leituras, explícitas ou não. O efeito de sentido dependerá da ocorrência de material verbal em condições de produção definidas:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. (PÊCHEUX: 1969, 77, grifos meus).

A AD não concebe que dada uma palavra, seu sentido seja óbvio, como se estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse refletir a coisa.

A mesma palavra ou mesmo enunciado podem ter sentidos diversos, se pertencerem a formações discursivas diferentes.

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. **Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao**

outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. **A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros**. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra apóia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN: 1995, 113, grifos meus e itálicos do autor).

Dessa forma, o sentido da palavra é determinado pelo lugar ocupado pelo sujeito, determinando a filiação deste a uma ou a outra formação discursiva.

Nem tudo pode ser dito nem qualquer um pode dizer o que quer, são essas condições de produção que permitem ou não que algo possa ser “falado” e conseqüentemente fazer o devido sentido para alguém num determinado momento histórico (SOARES: 2006).

A AD então questiona as hipóteses:

- a) de que há uma língua auto-suficiente;
- b) de que há um sujeito como unidade controlada pela razão, totalmente consciente, controlador e
- c) de que há uma conjuntura uniforme, porque as sociedades são divididas em classes ou grupos etc.

É, portanto, fundamental destacar que os enunciados são produzidos em situações de interlocução constituídos pela história. E, conseqüentemente, que o sentido não é de nenhum interlocutor, mas produzido, enquanto efeito, no discurso que se constitui pelos/nos interlocutores em interação.

O “dizer para alguém” é uma prática social que funciona pelo imaginário: é o jogo de imagens que se estabelece a partir dos lugares de onde se fala e que precisa ser observado no processo histórico da produção de enunciados e de sentidos.

Percebemos então, a partir do que foi dito acima, sobre a resignificação proposta pela AD em relação aos sentidos que, por exemplo, as palavras *direito*, *sociedade*, *diferença*, *indiferença*, ou as expressões “*Viva as diferenças*”, “*Pelo direito à indiferença*” etc., têm, não são previamente determinados, mas que adquirem, na mesma sociedade, concomitantemente, efeitos de sentidos que se assujeitam à formações discursivas distintas porque são faladas por sujeitos diferentes.

É importante mencionar que uma das leituras possíveis, antes do comentário que as senhoras fazem em relação ao casal estar de mangas curtas no frio, é a de que duas senhoras idosas iriam, em suas observações, se considerássemos que os sentidos são dados previamente, julgar de forma negativa o casal de homens que atravessa ousadamente, de mãos dadas, uma praça pública durante o dia, no entanto, a língua é sujeita a falhas e equívocos:

A ideologia é um ritual com falhas e **a língua não funciona fechada sobre si mesma**: abre para o **equivoco**. Por seu lado, a história é história porque os fatos reclamam sentidos (P. Henry, 1994) perante um sujeito que está condenado a interpretar (significar).

Equívoco: marca de resistência que afeta a regularidade do sistema da língua, este conceito surge da forma como a língua é concebida na AD (enquanto materialidade do discurso, sistema não-homogêneo e aberto). **Algumas de suas manifestações são as falhas, lapsos, deslizamentos, mal-entendidos, ambigüidades**, que fazem parte da língua e representam uma marca de resistência e uma diferenciação em relação ao sistema. (ORLANDI: 2006, 20, grifos meus).

E é justamente a ambigüidade, presente no anúncio, que possibilita o deslizamento dos sentidos que se colam às senhoras como conservadoras, velhas e por isso, contrárias as práticas sexuais que não fossem consideradas “tradicionais”. Quando uso a palavra “tradicional” não estou, de maneira nenhuma, querendo dizer que as relações heterossexuais são mais antigas que as homossexuais, ou que essas relações são modernas em detrimento de outra que seria retrógrada, mas uso o termo “tradicional” querendo dizer hegemônico.

A resistência, em termos discursivos, é a possibilidade de, ao se dizer outras palavras no lugar daquelas prováveis ou previsíveis, deslocar sentidos já esperados. É re-significar rituais enunciativos, deslocando processos interpretativos já existentes, seja dizendo uma palavra por outra (na forma de um lapso, um equivoco), seja incorporando o non sense, ou simplesmente não dizendo nada (MARIANI, 1998:26, grifos meus).

É o que nos provoca o riso: o deslocamento daquele sentido literal, o que deve e pode ser dito, pelo lugar que forçosamente, porque somos sujeitos históricos e afetados pela ideologia, colocamos as senhoras numa e não em outra formação discursiva. A elas caberiam apenas condenar o casal de homens que atravessa a praça. E quando o sentido se descola do esperado, quando o que as deixa indignadas é o fato de estar frio e os rapazes usarem mangas curtas e não a sexualidade (não-esperada) deles, podemos dizer que ser afetados pela ideologia é o que nos faz sujeito:

O sujeito, por sua vez, se constitui pelo **esquecimento** do que o determina, pois é do funcionamento da ideologia em geral que resulta a interpelação dos indivíduos em sujeitos, fornecendo a cada um a sua “realidade” enquanto sistema de evidências e de significações percebidas.

Na AD temos duas formas de esquecimento: o esquecimento número 1 e o número 2 : **O esquecimento nº. 1** é o que dá conta do fato de que

o sujeito falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Ou seja, o sujeito se constitui pelo esquecimento do que o determina. Ele se constitui pela sua inscrição na Formação Discursiva. Pelo esquecimento nº.1 é que tem a ilusão de ser a origem do que diz.

O esquecimento nº. 2 é da ordem da formulação. O sujeito esquece que há outros sentidos possíveis. Ao longo de seu dizer vão-se formando famílias **parafrásticas** de tudo aquilo que ele podia dizer, mas não disse. **Esse esquecimento não é da ordem do inconsciente e muitas vezes o sujeito até recorre a essas margens de seu dizer para precisar o que está dizendo.** Por exemplo “estou dizendo sujeito e não indivíduo” etc. Esse esquecimento é chamado **esquecimento enunciativo**. Ele produz a impressão da realidade do pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre o que digo, o que penso e a realidade a que me refiro. (ORLANDI: 2006, 21, grifos meus).

Toda a nossa expectativa vai na direção de acreditar, justamente porque somos afetados pelo simbólico, que só seria possível, do lugar em que as senhoras estão (pelo interdiscurso), ou foram colocadas (na verdade) por esse mesmo simbólico, indignar-se com a possibilidade dos dois homens serem um casal e mais, de estarem de mãos dadas em uma praça pública. Às senhoras caberiam apenas um comentário maldoso sobre a vida de quem passasse e ainda mais em se tratando de uma situação como a representada no anúncio.

Como se houvesse uma única possibilidade de significar a homossexualidade: anormal.

No entanto, o anúncio é, mas apenas sabemos disso no final de sua veiculação, produzido por uma associação de defesa dos direitos dos homossexuais e não poderia, portanto, dizer outra coisa além do que foi dito. Toda linguagem é ideológica, toda formação discursiva diz a partir de um lugar e produz, como diz ORLANDI 2006, a ilusão de estar refletindo a realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não estamos fora do simbólico, mas cabe, ao analista do discurso, perceber de que forma aquele sentido se instala na língua produzindo efeito de verdade, criando a ilusão de que o dito só poderia ser aquele e não outro. Cabe ainda, ao analista, compreender como o sentido singulariza os acontecimentos, fixando-lhes uma memória e criando a ilusão de que, literalmente, espelham “uma realidade” exterior ao sujeito.

A AD trabalha com o poder simbolizado, com as relações de poder. Não há dizer que não seja político. Em virtude disso, todo dizer está

sustentando pela tensão existente entre a paráfrase e a polissemia (o diferente), estamos sempre nos deslocando, no dizer, entre a repetição e a diferença, sem que possamos estabelecer exatamente os limites entre ambos, pois esta é uma relação contraditória que preside o dizer.

Cabe ao analista, com seus dispositivos, examinar, na prática da linguagem, quais são mais prováveis, quais se realizam e quais restam como possíveis. Sem fechar o círculo, pois sabemos que o discurso é caracterizado pela incompletude dos sentidos e dos sujeitos (ORLANDI: 2006).

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. (1995). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.
- FOUCAULT, Michael. (2005). *Arqueologia do saber* 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- HOUAISS, Antônio. (2001). *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes.
- MARIANI, Bethania. (1998). *O PCB e a imprensa - os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan.
- _____. (1999). "Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico *A Revolução de 30*". In: INDURSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto,.
- MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Chistina (orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, 2003.
- ORLANDI, Eni P. (2006). "Análise de discurso". In: ORLANDI, Eni P. & LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (orgs.). (2006). *Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (1995). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2002). *O discurso Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes.
- POSSENTI, Sírio. (2002). *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar edições.
- SEGURA, OMAR (2008). In: <http://br.noticias.yahoo.com/s/080502/48/gjn2li.html> de 07 de junho de 2008.
- SOARES, Alexandre S. Ferrari. (2006). *A homossexualidade e a AIDS no imaginário das revistas semanais (198765-1990)*. Tese de doutorado defendida em março de 2006 na Uni-

versidade Federal Fluminense: disponível em <http://www.ibict.br/oasis.br/index.php/browse/index/91?sortId=19&recordsPage=7> em 15 de junho de 2008.

_____ (2007). *O discurso jornalístico e seus rituais*. Revista Eco-Pós, v. 10, n. 2, julho-dezembro.